

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissão
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 4 – ASSEMBLEIA CULTURAL**
- 5 – ERRATA**

 ATAS**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24/2023, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/10/2025**

Às 9h5min, comparecem à reunião a deputada Bella Gonçalves e os deputados Cassio Soares, João Magalhães e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Hely Tarquínio, Leleco Pimentel, Ulysses Gomes, Cristiano Silveira, Roberto Andrade, Tito Torres, Betão, Adriano Alvarenga e Lincoln Drumond. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e solicita ao deputado João Magalhães que proceda à leitura da ata da reunião anterior, a requerimento da deputada Bella Gonçalves. Logo após, concede a palavra à deputada Bella Gonçalves para retificação da ata, a qual não é deferida. Em seguida, considera a ata aprovada e solicita aos membros sua subscrição. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São apreciados pela comissão, cada um por sua vez, e rejeitados requerimentos da deputada Bella Gonçalves solicitando a retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023 e a votação nominal desse requerimento. Registram-se os votos favoráveis da deputada Bella Gonçalves aos requerimentos. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são rejeitados os requerimentos das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira em que solicitam o adiamento de discussão e a votação nominal desse requerimento. Registram-se os votos favoráveis da deputada Bella Gonçalves aos requerimentos. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são rejeitados os requerimentos das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira em que solicitam que seja baixada em diligência a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023 e o respectivo requerimento de votação nominal. Registram-se os votos favoráveis da deputada Bella Gonçalves aos requerimentos. Na fase de discussão do parecer, fazem uso da palavra a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão, Ulysses Gomes e Cristiano Silveira. A presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, a presidência, nos termos do art. 120, XIV, do Regimento Interno, prorroga de ofício a reunião. A presidência suspende a reunião. Às 15h6min, a reunião se encerra por decurso de prazo regimental.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2025.

Cássio Soares, presidente – Antonio Carlos Arantes – Bella Gonçalves – Gustavo Valadares – João Magalhães.

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/10/2025**

Às 9h10min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Ione Pinheiro e Lohanna, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidenta acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.680/2025, no 2º turno, do qual avocou a relatoria. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.150/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para garantir, no âmbito de execução do Plano de Atendimento Escolar – PAE – para o ano de 2026, o atendimento dos estudantes que buscam vaga no 1º ano do ensino fundamental nas escolas estaduais que, em 2025, tenham turmas nessa série;

nº 17.151/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações acerca da oferta de turmas do 1º ano do ensino fundamental, no âmbito de execução do Plano de Atendimento Escolar para o ano de 2026, esclarecendo-se, entre as escolas estaduais que hoje possuem turmas do 1º ano do ensino fundamental, em quantas delas não serão ofertadas turmas dessa série no ano de 2026; quais foram as razões administrativas, pedagógicas ou legais que justificaram a não oferta de turmas do 1º ano nas escolas que possuíam turmas do 1º ano; se foi realizado o estudo de demanda, conforme previsto no art. 37 da Resolução SEE nº 5.163, de 2025, previamente à decisão de encerramento ou não abertura dessas turmas, com envio, em caso afirmativo, de cópia do estudo ou dos relatórios correspondentes; quais ações foram adotadas pela Secretaria de Estado de Educação – SEE – para garantir o atendimento dos estudantes que buscavam vaga no 1º ano em escolas estaduais, especialmente nas localidades onde não houve abertura de turmas; e se houve comunicação formal às prefeituras municipais sobre a não oferta das turmas, com envio, em caso afirmativo, de cópia dos documentos encaminhados;

nº 17.188/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o impacto do projeto de parceria público-privada – PPP – para manutenção e estrutura das escolas estaduais nos trabalhadores atualmente vinculados às escolas atingidas, especificando-se quantos trabalhadores terceirizados serão substituídos ou desligados e quais medidas de transição serão garantidas para os servidores efetivos que desempenham funções administrativas e de apoio nessas escolas;

nº 17.189/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o projeto de parceria público-privada – PPP –, conforme publicação de 11/9/2025 na imprensa oficial do Estado, referente à manutenção e à estrutura de escolas estaduais, consubstanciadas em estudos sobre os impactos pedagógicos, trabalhistas e financeiros desse projeto e em planilha detalhada contendo os valores previstos de investimento em cada uma das 95 escolas abrangidas pelo contrato da PPP e a estimativa de custo por município e por aluno, bem como a origem dos recursos (fonte orçamentária, financiamentos ou repasses);

nº 17.190/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhada representação ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – solicitando análise da legalidade e da viabilidade econômico-financeira do projeto de parceria público-privada – PPP – para a gestão da infraestrutura de 95 escolas estaduais, conforme informado em publicação da imprensa oficial do Estado de 11/9/2025, com vistas a verificar se a PPP respeita os limites de uso dos recursos vinculados à educação, como os do Fundeb; se os estudos apresentados garantem equilíbrio financeiro e proteção ao interesse público; se a autonomia pedagógica e administrativa das escolas está sendo preservada; e se a participação popular e o controle social estão garantidos no processo de gestão da PPP;

nº 17.191/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a realização de concurso público para provimento dos cargos e funções de serviços administrativos e de limpeza, vigilância e manutenção das escolas atingidas pelo projeto de parceria público-privada – PPP – referente à estrutura de escolas estaduais, garantindo-se que tais atribuições sejam desempenhadas por servidores públicos efetivos, em substituição à tentativa de transferência da prestação desses serviços para empresas privadas;

nº 17.192/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a imediata revogação do processo de implantação do projeto de parceria público-privada na modalidade concessão administrativa, para a reforma, conservação, manutenção, gestão e operação de serviços não pedagógicos de 95 unidades educacionais da rede pública de ensino, conforme publicado na imprensa oficial do Estado, em 11/9/2025;

nº 17.410/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os problemas decorrentes da manutenção e da ampliação das turmas multisseriadas na rede estadual de ensino;

nº 17.418/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja garantido aos professores da rede estadual, em especial àqueles lotados na Escola Estadual de São José dos Rosas, no Povoado de São José dos Rosas, em Santo Antônio do Monte, o direito de utilizarem o transporte escolar municipal para o deslocamento até a referida instituição ou, na ausência dessa possibilidade, que lhes seja assegurada outra forma de transporte, diante da inexistência de serviço público regular que atenda a localidade;

nº 17.419/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Frederico Ferreira de Pinho Tavares e a estudante Júlia Pimenta Ferreira pela criação do livro e do projeto pedagógico *Regressão de Júlia: uma história de matemática, superação e vida*, que trata de uma nova forma de calcular raiz quadrada, desenvolvida por uma estudante de apenas 11 anos em parceria com seu professor, que se tornou um fenômeno educacional reconhecido em todo o País;

nº 17.420/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer a realização de audiência de convidados para proceder à entrega dos diplomas referentes ao voto de congratulações com o Sr. Frederico Ferreira de Pinho Tavares e a Sra. Júlia Pimenta Ferreira, autores do livro *A regressão de Júlia: uma história de matemática, superação e vida*;

nº 17.421/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam tomadas medidas, em caráter emergencial, para solucionar os problemas enfrentados pela Escola Estadual Padre Menezes, situada no Município de Lagoa Santa, a qual se encontra sem fornecimento de energia elétrica em razão do furto da fiação ocorrido em 19/8/2025;

nº 17.422/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja regulamentada a possibilidade de que as atividades extraclasse possam ser cumpridas tanto de forma presencial quanto em regime remoto, a critério do servidor;

nº 17.423/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o descumprimento da Lei nº 24.995, de 2024, pelo governo do Estado, especialmente no que se refere à garantia de ambiente salubre de trabalho durante a gestação e lactação e do direito aos intervalos de 30 minutos a cada 3 horas de trabalho para amamentação ou coleta de leite materno para os profissionais da educação da rede estadual de ensino;

nº 17.514/2025, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com o jovem João Carlos Farias pela brilhante conquista da medalha de ouro na modalidade Segurança Cibernética, na edição 2025 da WorldSkills Brasil, realizada em Brasília (DF) de 24 a 27/9/2025;

nº 17.516/2025, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com o estudante Arthur Abreu pela conquista da medalha de ouro na modalidade “segurança cibernética”, durante a edição de 2025 da WorldSkills Brasil, realizada em Brasília entre os dias 24 e 27/9/2025;

nº 17.518/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Milena Aparecida Ferreira de Freitas, que se refere a remoção estadual, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 26/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.009122-7/2025;

nº 17.519/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Maria Stella da Silva Xavier Costa, que se refere a contagem de tempo, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 26/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.009124-6/2025;

nº 17.520/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Leni Santos Alves Amaral, que se refere a contagem de tempo, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 26/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.009130-1/2025;

nº 17.521/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Cristiane Carlos Monteiro, que se refere questionamentos sobre o cargo de analista educacional – técnico administrativo do concurso regido pelo Edital SEE-MG nº 3/2023, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 29/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.009164-0/2025;

nº 17.522/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Alexandra dos Reis de Deus, que se refere a negativa de incorporação da extensão de carga horária nos proventos de aposentadoria, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 30/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.009198-0/2025;

nº 17.531/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o curso Ser Docente, em especial quanto à necessidade de sua realização por profissionais que já possuem experiência em sala de aula; às razões pelas quais o Estado considera adequado o método de avaliação que prevê o envio, à plataforma, das aulas ministradas pelos concursados em estágio probatório; à forma como a metodologia de avaliação levará em conta a frequência e a nota do curso, se esses serão os únicos critérios ou se haverá também avaliação prática do desempenho em sala de aula; às consequências para os profissionais que, estando em licença para tratamento de saúde, não puderem realizar o referido curso; e quanto à previsão de horários e de periodicidade para compatibilizar a avaliação com a jornada dos que já exercem o magistério;

nº 17.545/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Governador Milton Campos (anexos I e II), no Município de Belo Horizonte, para realizar a escuta da comunidade escolar sobre os impactos do Projeto de Lei nº 3.733, de 2025, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os bens imóveis de propriedade do Estado, suas autarquias e fundações públicas para o pagamento da dívida junto à União;

nº 17.546/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, pedido de providências para que seja regularizada a situação funcional da servidora Maricelma Ferreira Costa, admitida em 18/11/2008, no cargo de técnico universitário, com o imediato reposicionamento da

servidora no nível e no grau da carreira compatíveis com sua titulação de nível superior, já existente à data da posse, com a devida atualização funcional e o pagamento de todos os valores retroativos;

nº 17.547/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja regularizada a inscrição no Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb – 2025 da Escola Estadual Professor Leopoldo Pereira, situada em Araçuaí, de modo que a instituição seja incluída nessa avaliação, garantindo que todos os alunos matriculados nas turmas de 5º e 9º anos participem do exame e que seja retificado eventual equívoco ocorrido no preenchimento da declaração de participação, de forma a assegurar que a escola possa contribuir para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb – e para o acompanhamento da qualidade da educação básica;

nº 17.548/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que cesse a suspensão indevida do gozo das folgas eleitorais e das férias-prêmio já agendadas pelos servidores públicos da educação básica, sob alegação de realização das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb – pela SEE;

nº 17.550/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a alteração da classificação, natureza ou nomenclatura das funções de professor de ensino e uso da biblioteca e professor de apoio no Quadro de Alocação de Pessoal – QAP –, esclarecendo-se os motivos técnicos, legais e jurídicos que embasaram a alteração da classificação, natureza ou nomenclatura das funções de professor de ensino e uso da biblioteca e professor de apoio no QAP, uma vez que tais funções eram enquadradas no QAP como “atividades pedagógicas” e passaram a ser classificadas como “atividades administrativas”; e os impactos previstos dessa alteração sobre a carreira, progressão ou promoção funcional, tal como na aposentadoria dos servidores da educação básica que exercem as funções de professor de ensino e uso da biblioteca e professor de apoio;

nº 17.551/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – pedido de informações sobre o Processo de Seleção 2025 do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, na modalidade *stricto sensu*, esclarecendo-se as razões para o exíguo prazo de quatro dias destinado à inscrição no programa, uma vez que o edital foi publicado em 22/8/2025, com o período das inscrições de 22/8 a 26/8/2025, com base no seu cronograma; as razões para a escolha da data da prova do programa para o dia 28/9/2025, que coincidiu com a data da prova do concurso regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025, que visa selecionar candidatos para o provimento de cargos das carreiras de professor de educação básica – PEB –, especialista em educação básica – EEB –, analista educacional – ANE –, analista de educação básica – AEB –, técnico da educação – TDE – e assistente técnico de educação básica – ATB –, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEE; e as medidas que foram adotadas para garantir a ampla e isonômica participação dos profissionais da educação básica da rede estadual que tinham interesse em ingressar no programa, por meio do programa Trilhas de Futuro Educadores, e que, eventualmente, estavam inscritos no concurso regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025, uma vez que a data da prova do concurso coincidiu com a data do processo de seleção do referido programa dessa universidade;

nº 17.584/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da aprovação do Projeto de Lei Federal nº 3.096/2024 e de se garantirem recursos financeiros específicos para transporte e alimentação escolar dos alunos da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e das demais escolas federais;

nº 17.598/2025, das deputadas Lohanna, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à presidenta da Fundação Helena Antipoff, em Ibirité, pedido de informações sobre os serviços de manutenção ou obras no espaço do Plug Minas, consubstanciadas em cópias dos contratos vigentes e nos autos de eventuais processos licitatórios em curso que tenham por objeto esses serviços;

nº 17.599/2025, das deputadas Lohanna, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas na planilha orçamentária, no cronograma de desembolsos financeiros e no cronograma de execução das obras previstas para ocorrer nos espaços do Plug Minas;

nº 17.600/2025, das deputadas Lohanna, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que retirem o Campus Plug Minas da lista de imóveis a serem federalizados ou alienados para fins de pagamento da dívida no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, nos termos do Projeto de Lei nº 3.733/2025;

nº 17.601/2025, das deputadas Lohanna, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves, em que requerem que sejam encaminhadas ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – as notas taquigráficas da 23ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 1º/10/2025, a fim de que sejam juntadas aos autos do Inquérito Civil nº MPMG-0024.20.015145-4;

nº 17.602/2025, das deputadas Lohanna, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam restituídos os cargos dos coordenadores das sete áreas dos cursos de arte oferecidos no Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt –, tendo em vista as especificidades de cada uma dessas áreas e as diferenças dos cursos do Cicalt em relação à educação regular;

nº 17.603/2025, das deputadas Lohanna, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que retomem o pagamento do vale-transporte aos alunos matriculados nos cursos técnicos do Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt –, considerando a especificidade dessa unidade de ensino e os objetivos do programa Plug Minas, de modo a assegurar tratamento equivalente ao dispensado aos participantes do projeto Trilhas do Futuro, que recebem auxílio-transporte;

nº 17.604/2025, das deputadas Lohanna, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para, relativamente ao Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt –, a criação de um sistema diferenciado de matrículas no Cicalt, uma vez que o Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula – Sucem – não considera a especificidade dos cursos oferecidos pela escola, que não podem ter matrículas feitas pelo critério de proximidade geográfica; a extensão do período de inscrição para os cursos do Cicalt, tendo em vista o esforço de reestruturar a demanda da escola; a ampliação do quadro de Auxiliares de Serviços da Educação Básica – ASBs – destacados para atuar no Cicalt, usando como parâmetro para a composição da equipe o tamanho e as características do espaço construído e não o número de alunos; e a sinalização adequada do *campus* Plug Minas, de forma que os cidadãos que passarem pelo seu entorno tenham conhecimento de que, naquele espaço, há cursos técnicos gratuitos e públicos e formas de ingresso;

nº 17.605/2025, das deputadas Lohanna, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt –, esclarecendo-se os critérios utilizados pela Secretaria de Estado de Educação – SEE – para identificação da demanda pelos cursos de arte para fins de abertura de turmas no Cicalt; a forma como será feito o chamamento dos interessados, previsto para o dia 14/10/2025, para os cursos do Cicalt, se será pelo Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula – Sucem – ou por outro meio, e como a SEE vai garantir que as pessoas saibam da existência de vagas dos referidos cursos

para a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH; a data de início das reformas na infraestrutura da escola para garantir que os estudantes e professores tenham espaços adequados para as aulas, especialmente no prédio do curso de dança, interditado há cinco anos; e a previsão de realização de concurso para professores do Cicalt;

nº 17.606/2025, das deputadas Lohanna, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja encaminhado à presidenta da Fundação Helena Antipoff, em Ibirité, pedido de informações consubstanciadas em cópia da planilha orçamentária e do cronograma de desembolsos financeiros e de execução das obras ou serviços sob responsabilidade do órgão de que é titular previstos para ocorrer nos espaços do Plug Minas;

nº 17.607/2025, das deputadas Lohanna, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações acerca da interdição do Bloco 9 do Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt –, consubstanciadas em cópias de laudos e dos demais documentos relativos à interdição, especificando-se qual foi o órgão que a determinou; se há laudo da Defesa Civil acerca do prédio; e o que foi feito desde a interdição a fim de revertê-la;

nº 17.608/2025, das deputadas Lohanna, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas em documento de que conste o valor atual do Caixa Escolar do Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt – e cópia das prestações de contas, de 2020 até o presente, com demonstrativos de despesas e extratos bancários;

nº 17.611/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Maria Virgínia Moreira dos Santos, que trata de férias-prêmio, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 3/10/2025, sob o Protocolo nº 101848.009358-0/2025;

nº 17.612/2025, do deputado Luizinho, em que requer seja realizada audiência pública para debater a utilização e a difusão de tecnologias voltadas para a pequena produção rural no Estado;

nº 17.649/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja revogado o art. 106 da Resolução SEE nº 4.948/2024, que impôs a atribuição bimestral de notas, com aproveitamento mínimo de 60% nas disciplinas de arte, educação física, ensino religioso, projeto de vida e itinerários formativos, uma vez que essa imposição compromete a finalidade pedagógica da avaliação e desconsidera o efetivo desempenho escolar dos alunos;

nº 17.651/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos sobre a comunidade escolar da decisão da Secretaria de Estado de Educação – SEE – de encerrar a oferta dos anos finais do ensino fundamental na Escola Estadual Santos Anjos, situada em Belo Horizonte;

nº 17.726/2025, da deputada Lohanna e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o planejamento do Estado para a implementação do programa Juros por Educação, vinculado ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, regulado pelo Decreto nº 12.433, de 2025.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Leleco Pimentel – Doutor Jean Freire.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/10/2025

Às 9h35min, comparecem à reunião os deputados Adalclever Lopes, Rodrigo Lopes, Beatriz Cerqueira, Professor Cleiton e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Está presente, ainda, o deputado Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Sargento Rodrigues, por indicação da liderança do Partido Liberal). Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência suspende os trabalhos por prazo indeterminado e, após o decurso do prazo regimental, a reunião é encerrada.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2025.

Adalclever Lopes, presidente – Rodrigo Lopes – Professor Cleiton – João Magalhães.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/10/2025

Às 14h13min, comparecem à reunião a deputada Andréia de Jesus e os deputados Mauro Tramonte, Leleco Pimentel, Cristiano Silveira (substituindo a deputada Lohanna, por indicação da liderança do Bloco Democracia e Luta) e Lucas Lasmar (substituindo o deputado Professor Cleiton, por indicação da liderança do Bloco Democracia e Luta), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de dois ofícios da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, publicados no *Diário do Legislativo* em 17/9/2025. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.576/2024 e 4.010/2025, no 1º turno (deputada Andréia de Jesus); Projeto de Lei nº 4.009/2025, no 1º turno (deputada Lohanna); Projetos de Lei nºs 1.478/2015 e 3.803/2025, no 2º turno, e 3.824, 3.896, 3.997, 4.075 e 4.127/2025, no 1º turno (deputado Mauro Tramonte); Projetos de Lei nºs 3.910 e 3.981/2025, no 1º turno (deputado Oscar Teixeira); e Projetos de Lei nºs 1.809/2023, 2.803/2024 e 3.504/2025, no 2º turno, e 4.042, 4.072 e 4.077/2025, no 1º turno (deputado Professor Cleiton). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.809/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (relator: deputado Mauro Tramonte); e dos Projetos de Lei nºs 3.841/2025 (relator: deputado Leleco Pimentel) e 4.104/2025 (relator deputado Cristiano Silveira), ambos na forma do vencido no 1º turno; e pela aprovação, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.825 e 3.896/2025 (relator: deputado Mauro Tramonte); dos Projetos de Lei nºs 4.025/2025 (relator deputado Mauro Tramonte) e 4.100/2025 (relatora deputada Andréia de Jesus), ambos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; do Projeto de Lei nº 2.966/2024 na forma do Substitutivo nº 1 (relator deputado Mauro Tramonte); e do Projeto de Lei nº 3.238/2025 na forma do Substitutivo nº 2 (relator deputado Mauro Tramonte). O Projeto de Lei nºs 2.382 e 2.803/2024 e 3.981/2025 são retirados de pauta pelo presidente por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.857 e 3.974/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.355/2025, da deputada Lohanna, do deputado Professor Cleiton e da deputada Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos e possíveis consequências da liberação de eventos privados no Palácio da Liberdade, estabelecida pela Portaria nº 25, de 18 de setembro de 2025;

nº 17.395/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para que proceda aos estudos com vistas ao registro do *funk* e do *hip-hop* como patrimônio cultural imaterial do Estado;

nº 17.396/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para abertura de cadastro do patrimônio cultural específico para mapeamento das batalhas de rima e outras expressões associadas ao *funk* e ao *hip-hop* existentes em Minas Gerais;

nº 17.397/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para realizar ações de formação voltadas para os fazedores de cultura ligados às expressões artísticas e culturais das periferias urbanas, com linguagem e metodologia específicas voltadas para esse público, com a finalidade de oferecer capacitação para o acesso aos mecanismos de financiamento à cultura e para a obtenção de alvarás para eventos;

nº 17.398/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea – pedido de informações consistentes em diagnóstico das cadeias produtivas ligadas ao *funk*, avaliando-se o impacto dessa expressão artística na economia, na geração de riqueza e de renda e na criação de empregos no Estado;

nº 17.399/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico e à presidenta da Fundação João Pinheiro pedido de informações consistentes em diagnóstico das cadeias produtivas ligadas ao *funk*, avaliando o impacto dessa expressão artística na economia, na geração de riqueza, de renda e criação de empregos no Estado;

nº 17.400/2025, do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o bailarino, coreógrafo, mestre e produtor cultural Pablo Gabriel Cortazzo pelo trabalho desenvolvido na difusão do tango e pela integração cultural entre Argentina e Brasil;

nº 17.513/2025, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de João Macio Costa Aguiar, radialista e agricultor familiar no Município de Itaobim;

nº 17.560/2025, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com Festa UAI de Poços de Caldas pelo sucesso de sua 42ª edição;

nº 17.565/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que o Arquivo Público Mineiro realize a digitalização e catalogação do acervo documental da Penitenciária José Maria Alckmin, em funcionamento desde 1938 e localizada em Ribeirão das Neves;

nº 17.577/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Coletivo Linhas do Horizonte por ser instrumento de luta e expressão política com o lema Bordando política, bordando por justiça;

nº 17.578/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer que seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Coletivo Linhas do Horizonte.

nº 17.585/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Bloco Sou Vermelho por ser um relevante instrumento de cultura popular e de manifestação de rua dos movimentos sociais e sindicais;

nº 17.586/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer que seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações de que trata o Requerimento em Comissão nº 17.585/2025;

nº 17.609/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Além Paraíba, para debater questões relativas ao patrimônio histórico local, em especial a efetivação de políticas públicas que assegurem sua preservação, valorização e utilização como instrumento de educação, cultura e turismo sustentável;

nº 17.678/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – e ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de providências para proteção e definição de área de influência do patrimônio cultural da Comunidade Quilombola de Machadinho, no Município de Paracatu; e seja encaminhado ao Iphan pedido de providências para abertura de processo de tombamento da referida comunidade quilombola, nos termos do art. 216 da Constituição Federal e da Portaria Iphan nº 135/2023;

nº 17.679/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de providências para que sejam incluídos estudos que considerem os impactos sobre a Comunidade Quilombola Machadinho, localizada no Município de Paracatu, nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos da Empresa Kinross Brasil Mineração S.A. no referido município, bem como nos Estudos Prévios de Impacto ao Patrimônio Cultural dos empreendimentos minerários instalados nesse município, considerando-se o Tópico 1 do Anexo II da Deliberação Normativa Conep nº 7/2014; e para que, nesses estudos, seja considerado o direito à consulta prévia, livre e informada, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT –, e que as possíveis medidas de mitigação ou compensação sejam discutidas em conjunto com as lideranças e as associações comunitárias do quilombo;

nº 17.741/2025, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja convocada a diretora-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – para prestar esclarecimentos sobre a gestão do Balneário das Águas Santas, no Município de Tiradentes, em face do não comparecimento de representante da Codemge em audiência pública realizada em 2/10/2025, que teve por finalidade debater a administração do citado espaço; e

nº 17.746/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer sejam juntadas aos processos relativos aos Projetos de Lei nºs 3.254 e 3.855/2025, em tramitação nesta Casa, as notas taquigráficas da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura, em que foi realizada audiência pública com a finalidade de debater as tentativas de criminalização das expressões artísticas e culturais das periferias urbanas, como o *rap*, o *funk*, o *trap*, os bailes e as batalhas de MCs no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2025.

Professor Cleiton, presidente.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/10/2025

Às 14h6min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Beatriz Cerqueira e o deputado Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Tito Torres, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.331/2025, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, o presidente defere o pedido de vista da deputada Beatriz Cerqueira. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é

aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.934/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 17.491 a 17.497 e 17.505, 17.507 e 17.552 a 17.559/2025. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 17.699/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao Parque Municipal Antônio Rosa e à Casa da Pirâmide, no Município de São Tomé das Letras, para verificar as medidas tomadas pela administração municipal para a proteção do patrimônio natural e cultural do referido parque e da Casa da Pirâmide;

nº 17.700/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja solicitado à Comissão de Constituição e Justiça que dê celeridade à tramitação do Projeto de Lei nº 2.653/2024, que reconhece como de relevante interesse cultural e patrimônio imaterial do Estado a Pirâmide, localizada no Município de São Tomé das Letras;

nº 17.701/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao promotor de justiça da 2ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – na Comarca de Três Corações pedido de informações sobre as providências adotadas para a proteção do patrimônio natural e cultural compreendido pelo Parque Municipal Antônio Rosa e a Casa da Pirâmide, localizados no Município de São Tomé das Letras, bem como sobre o acompanhamento dessa promotoria em relação ao cumprimento da sentença judicial proferida em 2021 nos autos da Ação Civil Pública nº 103200-22.2015.8.13.0693, movida pelo MPMG em 2015, e as providências adotadas;

nº 17.702/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de São Tomé das Letras pedido de informações sobre os valores arrecadados e a destinação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem – recebida pelo município nos últimos cinco anos;

nº 17.703/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de São Tomé das Letras pedido de informações sobre o andamento do processo de desapropriação da área que abriga a Pirâmide, bem cultural que integra o conjunto paisagístico Parque Municipal Antônio Rosa, tombado pelo Decreto Municipal nº 41, de 2002, e pela Lei Municipal nº 774, de 7 de abril de 1997, esclarecendo-se as medidas que estão sendo tomadas e os prazos previstos para a conclusão do referido processo;

nº 17.704/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – e à Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais – CPPC – as notas taquigráficas da 23ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a proteção do patrimônio ambiental e cultural compreendido pelo Parque Municipal Antônio Rosa e pela Pirâmide do Município de São Tomé das Letras.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária, hoje, às 16 horas, e para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidente.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/10/2025

Às 15 horas, comparecem à reunião os deputados Coronel Henrique, Elismar Prado (substituindo o deputado Vítório Júnior, por indicação da liderança do BMF) e Raul Belém (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber,

discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 390/2023 e 3.935/2025, ambos no 1º turno (Bosco); e 4.149 e 4.316/2025, ambos em turno único (Mário Henrique Caixa). Registra-se a presença do deputado Bosco, membro da comissão, e a saída do deputado Elismar Prado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 14.241 e 14.245/2025. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.769/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 17.512/2025, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para entrega do diploma referente ao voto de congratulações formulado em atenção ao Requerimento nº 13.097/2025. Em seguida, é aprovado relatório de visita ao Estádio Magalhães Pinto – Mineirão –, no Município de Belo Horizonte, realizada em 21/8/2025. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 8/10/2025, quarta-feira, às 16 horas, com a finalidade de debater a importância do Estádio Magalhães Pinto – Mineirão – para o cenário esportivo mineiro e nacional, em comemoração aos 60 anos de sua inauguração, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2025.

Coronel Henrique, presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Rafael Martins e Celinho Sintrocel, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/10/2025, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a necessidade de instalação de redutores de velocidade e radares eletrônicos nas entradas da cidade de Felixlândia e dos Distritos de São José do Buriti e São Geraldo do Salto, situadas na Rodovia BR-040.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2025.

Thiago Cota, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 6/10/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 23/9/2025, que nomeou Leonardo D'Angelo Toledo, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vitório Júnior;

exonerando Frederico Ferreira Gomes, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

exonerando, a partir de 13/10/2025, Thayene de Almeida Magalhães, padrão VL-13, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

nomeando Andressa Dias Gomes, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

nomeando Ermando Gomes dos Santos, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;

nomeando Gabriel Augusto da Silva, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vitorio Júnior.

DESPACHO DA SRA. GERENTE-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL EM EXERCÍCIO

Prorrogação do prazo de posse – Thaís Amorim de Araújo – Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de técnico de apoio legislativo, na especialidade de técnico de apoio legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 14/10/2025, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/1983. Deferido.

CREDENCIAMENTO Nº 2/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, nos termos do art. 16, II, da Deliberação da Mesa nº 2.834, de 2024, foi indeferido o pedido da Júlia Pessoa Odontologia Ltda. para o credenciamento em epígrafe, que tem como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica.

TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 1/2025

O diretor-geral da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em observância ao disposto na política arquivística institucional, aprovada por meio da Deliberação da Mesa nº 2.663, de 16 de agosto de 2017, faz saber a quem possa interessar que foram concluídos os processos de eliminação de documentos a que se referem os Editais nºs 1 e 2/2025, publicados nas edições do *Diário do Legislativo* de 7 e 14/6/2025, respectivamente.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2025.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

(Constituição Estadual, art. 73 § 3º, incluído pela EC nº 61 de 23/12/2003)

Unidade Orçamentária: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS 3º TRIMESTRE DE 2025

(Em reais)

Cargo/Função	JULHO	Qtde	AGOSTO	Qtde	SETEMBRO	Qtde	Total Trimestre	Qtde Média
Membros do Poder	2.712.421,92	78	2.712.421,92	78	2.712.421,92	78	8.137.265,76	78
Efetivos	44.750.955,34	968	36.751.311,32	961	34.583.241,35	1.026	116.085.508,01	985
Cargo de Recrutamento Amplo	39.285.733,25	2.415	31.418.918,62	2.414	31.315.970,05	2.428	102.020.621,92	2.419
Inativos	60.074.851,37	1.244	43.782.448,87	1.248	43.474.884,45	1.252	147.332.184,69	1.248
Pensionistas	174.279,42	5	128.012,13	5	128.012,13	5	430.303,68	5
Policiais Cíveis e Militares	71.956,38	10	52.012,28	10	52.752,92	11	176.721,58	10
RPVs	823.869,06		638.070,78		115.899,72		1.577.839,56	
SUBTOTAL	147.894.066,74	4.720	115.483.195,92	4.716	112.383.182,54	4.800	375.760.445,20	4.745
Patronal	15.884.350,38		15.826.879,40		15.943.133,32		47.654.363,10	
TOTAL	163.778.417,12		131.310.075,32		128.326.315,86		423.414.808,30	

NOTA EXPLICATIVA:

Deputado Luiz Tadeu Martins Leite, presidente – Deputado Gustavo de Vasconcellos Moreira, 1º-secretário – Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral – Theophilo

Moreira Pinto Neto, diretor de Recursos Humanos – Antoninho Rodrigues Goulart, diretor de Finanças.

DESPESAS COM PUBLICIDADE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO 3º TRIMESTRE DE 2025

Art. 7º da Lei nº 13.768, de 1º/12/2000

Art. 17, parágrafo único, da Constituição Estadual

(Em Reais)

AGÊNCIA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TRIMESTRE
Casablanca Comunicação e Marketing Ltda.	9.450.000,00	0,00	0,00	9.450.000,00
TOTAIS	9.450.000,00	0,00	0,00	9.450.000,00

Objeto: Veiculação de anúncios e publicações de matérias institucionais de divulgação do processo de elaboração legislativa e de acompanhamento de políticas públicas.

AGÊNCIA	EMPENHADO NO TRIMESTRE	LIQUIDADO NO TRIMESTRE	PAGO NO TRIMESTRE
Casablanca Comunicação e Marketing Ltda.	9.450.000,00	8.637.313,48	9.160.846,75
TOTAL GERAL NO 3º TRIMESTRE/2025	9.450.000,00	8.637.313,48	9.160.846,75

Deputado Luiz Tadeu Martins Leite, presidente – Deputado Gustavo de Vasconcellos Moreira, 1º-secretário – Cristiano Félix dos Santos Silva, diretor-geral – Luisa de Marilac Luna, diretora de Comunicação Institucional – Antoninho Rodrigues Goulart, diretor de Finanças.



ASSEMBLEIA CULTURAL

PROJETO ZÁS

RESULTADO FINAL DA HABILITAÇÃO

A Comissão Organizadora do Edital de Chamamento Público nº 5/2025, instituída pela Portaria DGE nº 16/2025, divulga o resultado final da fase de habilitação do processo seletivo do Projeto Zás.

I – Candidatos Habilitados

Candidatos aprovados dentro das vagas disponibilizadas e convocados para habilitação.

MODALIDADE I – Show de música (infantil e adulto), exceto erudita			
Inscrição	Candidato	Nome da proposta	Resultado
118.683	Natália Camargo Mitre de Oliveira	Kristoff Silva & Duo Foz	Habilitado
MODALIDADE III – Teatro Infantil/ Contação de Histórias			
Inscrição	Candidato	Nome da proposta	Resultado
118.401	Adriano Borges da Cruz	Dinha: A fantástica fábrica de imaginação	Habilitado
MODALIDADE IV – Mágica/Stand-up comedy/Performance			
Inscrição	Candidato	Nome da proposta	Resultado
118.331	Elaine Aparecida Rodrigues de Macedo	Bolhas com arte: “A jornada do herói”	Habilitado
MODALIDADE V – Dança			
Inscrição	Candidato	Nome da proposta	Resultado
118.618	Carlos Henrique Sampaio Moreira	Aquarela brasileira	Habilitado

II – Candidatos Inabilitados

Não houve inabilitados neste processo seletivo.

III – Candidatos Eliminados

Candidatos que não apresentaram a documentação exigida no prazo previsto no item 9.3 do edital.

MODALIDADE II – Teatro Adulto			
Inscrição	Candidato	Nome da proposta	Resultado
118.583	Amora Alice Ribeiro	ABismo	Eliminado

Conforme previsto no item 10.1 do edital, os habilitados celebrarão termo de execução cultural com a ALMG, após agendamento das ações culturais propostas.

A comissão organizadora notificará os agentes culturais sobre a disponibilidade do termo para assinatura.

Considerando a eliminação da candidata Amora Alice Ribeiro, Protocolo nº 118583, inscrita na Modalidade II (Teatro Adulto), a comissão organizadora convocará para o processo de habilitação a candidata aprovada em segundo lugar na referida modalidade: Alice de Oliveira Cabral e Silva, Protocolo nº 118552.

A candidata será convocada para a habilitação pelo endereço de e-mail cadastrado na pré-inscrição do edital.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2025.

Comissão Organizadora – Projeto Zás.

**ERRATA****ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/10/2025**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/10/2025, na pág. 63, sob o título “OFÍCIOS”, onde se lê:

“Ofício nº 22357/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.604/2025, da Comissão de Direitos Humanos.”; leia-se:

“Ofício nº 22357/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 12.604 e 12.609/2025, da Comissão de Direitos Humanos.”.